

## O PATRIMÔNIO JESUÍTICO-GUARANI NA AMÉRICA DO SUL E A AÇÃO INSTITUCIONAL: a escala como chave crítico-interpretativa

**Yuri Potrich Zanatta**

Mestre em Geografia (UFFS), Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil<sup>1</sup>  
[yuripotrichzanatta@hotmail.com](mailto:yuripotrichzanatta@hotmail.com)

**Renata Hermann de Almeida**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), Docente da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil<sup>1</sup>  
[renata.almeida@ufes.br](mailto:renata.almeida@ufes.br)

**RESUMO:** O artigo analisa instituições atuantes na proteção patrimonial das missões jesuítico-guaranis a partir da discussão do conceito de escala proposto pelo geógrafo espanhol Javier Gutiérrez Puebla. A escala é um conceito geográfico que apresenta diferentes sentidos e dimensões de acordo com a intencionalidade do pesquisador e do objeto (ou conjunto de objetos) analisado. Nessa conjuntura teórica, as missões jesuíticas brasileiras, argentinas e paraguaias são interpretadas a partir das concepções escalares propostas por Puebla - tamanho, nível, rede e relação - com o objetivo de identificar os diferentes modos de ação patrimonial de cada país. A metodologia utilizada, de caráter qualitativo, analítico e sintético, fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental e registro de trabalho de campo realizado junto a três sítios arqueológicos. Como resultado, tem-se o reconhecimento do caráter reducionista e fragmentário da abordagem protecionista junto às missões jesuítico-guaranis, identificado (i) na abrangência das jurisdições, (ii) na hierarquia entre os entes, (iii) em uma rede de frágeis conexões e (iv) em prioridades operativas não dialógicas.

**Palavras-chave:** Missões jesuítico-guaranis; Patrimônio mundial; Proteção; Fronteira; Território.

### JESUIT-GUARANI HERITAGE IN SOUTH AMERICA AND INSTITUTIONAL ACTION: scale as a critical-interpretative key

**ABSTRACT:** This article analyzes institutions involved in the heritage protection of the Jesuit-Guarani missions based on a discussion of the concept of scale proposed by Spanish geographer Javier Gutiérrez Puebla. Scale is a geographic concept that has different meanings and dimensions depending on the intention of the researcher and the object (or set of objects) analyzed. In this theoretical context, the Brazilian, Argentinean and Paraguayan Jesuit missions are interpreted based on the scalar concepts proposed by Puebla - size, level, network and relationship - with the aim of identifying the different modes of heritage action in each country. The methodology used, of a qualitative, analytical and synthetic nature, is based on bibliographic and documentary research and fieldwork records carried out at three archaeological sites. As a result, there is recognition of the reductionist and fragmentary nature of the protectionist approach to the Jesuit-Guarani missions, identified (i) in the scope of jurisdictions, (ii) in the hierarchy between entities, (iii) in a network of fragile connections and (iv) in non-dialogical operational priorities.

**Keywords:** Jesuit-Guarani missions; World heritage; Protection; Border; Territory.

### PATRIMONIO JESUITA-GUARANÍ EN SUDAMÉRICA Y ACCIÓN INSTITUCIONAL: la escala como clave crítico-interpretativa

**RESUMEN:** El Este artículo analiza las instituciones involucradas en la protección del patrimonio de las misiones jesuitas-guaraníes a partir de una discusión del concepto de escala propuesto por el geógrafo español Javier Gutiérrez Puebla. La escala es un concepto geográfico que tiene diferentes significados y dimensiones según la intención del investigador y el objeto (o conjunto de objetos) analizado. En este contexto teórico, las misiones jesuitas brasileñas, argentinas y paraguayas se interpretan con base en los

<sup>1</sup> Endereço para correspondência: Laboratório Patrimônio e Desenvolvimento (Patri\_Lab), Cemuni III, Centro de Artes, Campus Universitário Goiabeiras, Avenida Fernando Ferrari, 514, bairro Goiabeiras, CEP 29075-910, Vitória, Espírito Santo, Brasil.

conceptos escalares propuestos por Puebla - tamaño, nivel, red y relación - con el objetivo de identificar los diferentes modos de acción patrimonial en cada país. La metodología utilizada, de naturaleza cualitativa, analítica y sintética, se basa en investigación bibliográfica y documental y registros de trabajo de campo realizados en tres sitios arqueológicos. Como resultado, se reconoce el carácter reduccionista y fragmentario del enfoque proteccionista de las misiones jesuitas-guaraníes, identificado (i) en el ámbito de las jurisdicciones, (ii) en la jerarquía entre entidades, (iii) en una red de conexiones frágiles y (iv) en prioridades operativas no dialógicas.

**Palabras clave:** Misiones jesuitas-guaraníes; Patrimonio mundial; Protección; Frontera; Territorio.

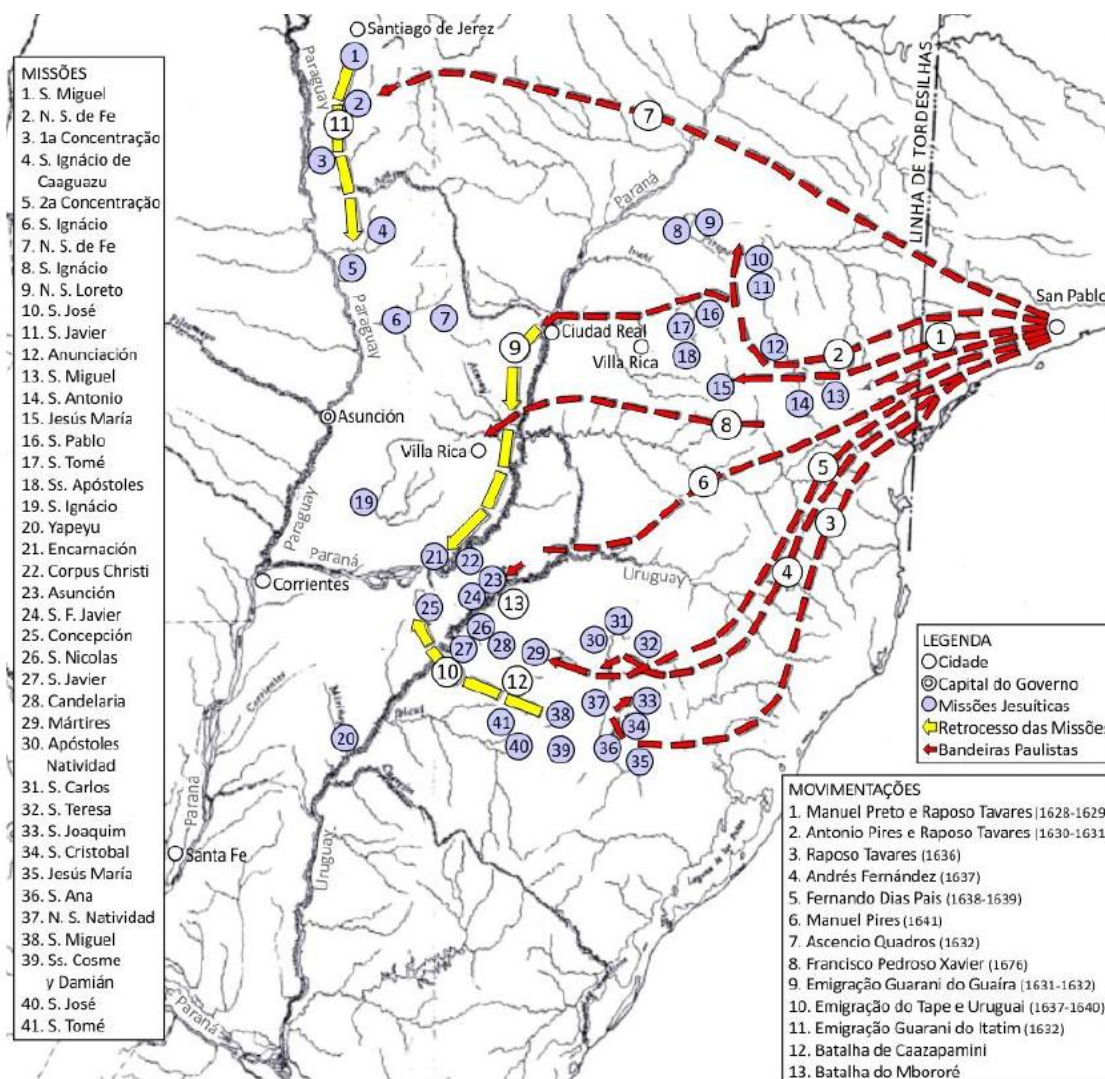
## Introdução

O artigo analisa a ação de seis instituições atuantes na proteção patrimonial das missões jesuítico-guaranis nas escalas municipal, nacional e internacional, à luz da discussão da escala como um conceito geográfico e categoria de análise, dotada de diferentes possibilidades de compreensão. No contexto territorial da América do Sul, as missões jesuítico-guaranis se encontram sob a tutela de instâncias em diversas escalas políticas, incluindo a municipalidade (Brasil), o governo provincial (Argentina), o governo federal (Paraguai, Argentina, Brasil) e organismos internacionais (Mercosul e UNESCO), em correspondência com suas respectivas instituições.

De acordo com O'Malley (2017) a atuação jesuítica no continente sul-americano começou no Brasil, em 1549, abarcando cidades costeiras e algumas florestas situadas no interior do território. Essa atuação se inicia com a instalação de colégios para portugueses e "crioulos", mas a consolidação da ordem ocorre com a abertura de noviciados para a formação de novos jesuítas. Na atuação junto a povos indígenas, as primeiras investidas realizadas por padres na América Latina ocorreram no vice-reino do Peru, por meio de ação evangelizadora denominada "missão", caracterizada por "[...] um avanço sobre zonas indígenas não catequizadas ou sobre centros urbanos de espanhóis, onde por um certo tempo se pregava e em seguida retornava ao colégio ou residência central" (Gutierrez, 1987, p. 8). Contudo, frente à crise colonial, marcada pela exploração indígena e falência administrativa, passaram a criar reduções: núcleos destinados a assegurar a concentração das populações nativas, possibilitando uma maior imersão doutrinária, catequese intensiva e controle fiscal. A primeira, Juli, foi fundada em 1576. A experiência em Juli ajudou a consolidar práticas mais eficazes nas reduções do Paraguai a partir de 1609, com maior autonomia indígena e respeito a certos traços culturais. A boa recepção dos guaranis contrastava com a resistência de outros grupos, fazendo com que essa etnia se tornasse foco das expedições de catequização e evangelização. Os jesuítas criaram uma rede institucional complexa que incluía colégios, igrejas, hospitais e atividades produtivas (Cordeiro, 2016; Gutierrez, 1987).

No Brasil, conflitos com proprietários de terras e com expedições realizadas por bandeirantes e espanhóis para a captura de povos indígenas ocasionaram migrações constantes de missionários à procura de terras para a aplicação de estratégias de imersão e evangelização de maneira não conflituosa. Diante das investidas (Figura 1), muitos padres e indígenas atuantes no território brasileiro migraram para o sul, integrando-se às missões do Paraguai, já estabelecidas nas margens do rio Uruguai. Essas aldeias ficariam conhecidas como os "30 Povos das Missões" (Figura 2) que formaram um sistema (Soster, 2014) de trocas culturais e econômicas (Cordeiro, 2016; Gutierrez, 1987).

Figura 1: Migrações de padres jesuítas e populações guarani no território brasileiro e espanhol decorrentes das investidas bandeirantes

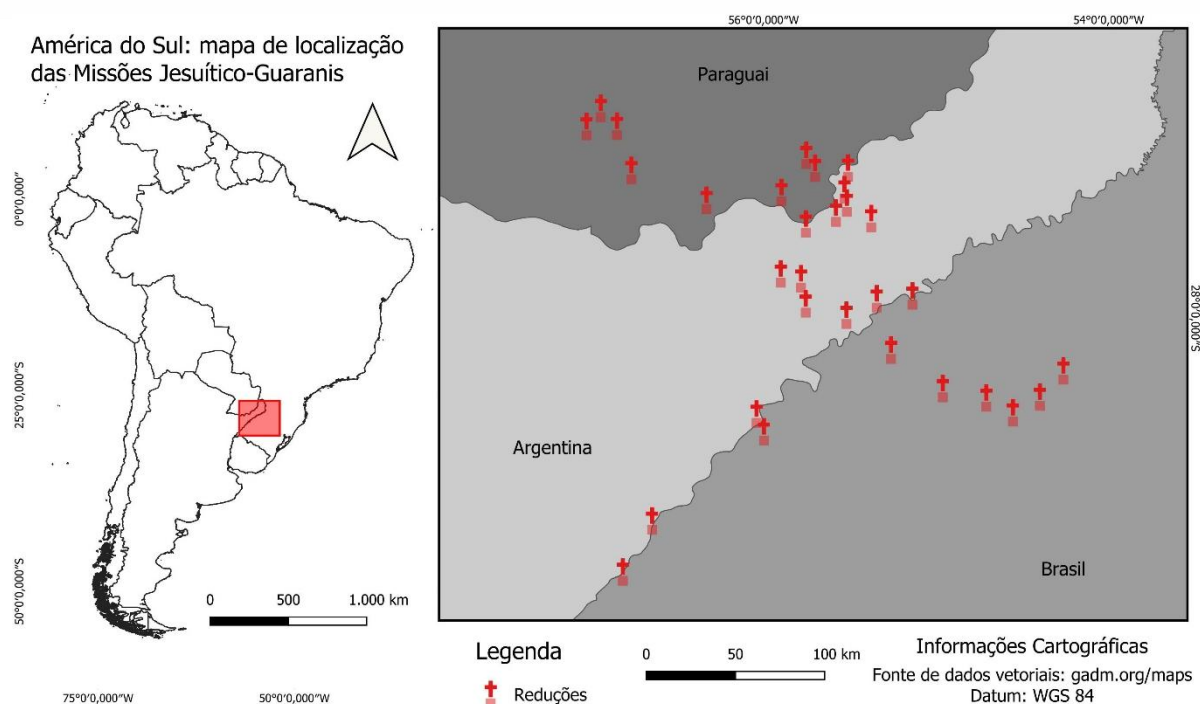


Fonte: retirado de Soster (2014), elaborado a partir de Maeder e Gutierrez (2010).

As reduções foram estruturadas para facilitar a catequese e proteger os indígenas, impondo normas cristãs e ocidentais, como monogamia e vida sedentária. Apesar da imposição cultural, os indígenas participavam da administração local. No auge, cerca de 150 mil guaranis viviam nessas comunidades. A produção cultural era expressiva, especialmente na música e no artesanato. Corais, instrumentos e imagens religiosas compunham parte da vida cotidiana. Economicamente, cada redução se especializava em atividades conforme os recursos locais, como pecuária ou cultivo de ervas. Essa organização respeitava talentos individuais e seguia um planejamento coletivo. Espacialmente, as reduções seguiam um modelo urbano padronizado com núcleo religioso e infraestrutura centralizada em torno da igreja (Figura 3), refletindo valores barrocos e reforçando a função evangelizadora do espaço cotidiano (O'Malley, 2017; Gutierrez, 1987).



Figura 2: Localização dos “30 povos das missões” da América do Sul



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Figura 3: Esquema de organização espacial de uma redução jesuítico-guarani



Fonte: retirado de Zanatta (2022), elaborado a partir de Custódio (2002).

O declínio do sistema jesuítico-guarani está relacionado às disputas territoriais entre Portugal e Espanha em decorrência de negociação de terras da região do atual estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, e a constituição das fronteiras entre as colônias. Para resolver essas

disputas, espanhóis e portugueses assinam, em 1750, o Tratado de Madri, por meio do qual a Espanha entrega a Portugal a área correspondente às missões situadas a leste do rio Uruguai, em troca da colônia de Sacramento (Uruguai). Dessa maneira, espanhóis passam a ter o controle total sobre o rio da Prata e os portugueses o acesso a rebanhos mantidos nas estâncias jesuíticas. Com o tratado, os jesuítas deveriam transferir as missões do atual Rio Grande do Sul para o então território espanhol (atual Argentina), mas houve resistência de guaranis, que se organizaram militarmente para enfrentar tropas ibéricas que tinham como intenção fazer cumprir o tratado. Nesta conjuntura político-militar, desenrolou-se a Guerra Guaranítica, responsável pela destruição da redução de São Miguel Arcanjo e o início do declínio do sistema missioneiro (Golin, 2014; Soster, 2014; Cordeiro, 2016; O'Malley, 2017).

Como resultado, a materialidade das reduções remanescentes fica sujeitas a saque e destruição, com impactos em diversos níveis de sua integridade territorial: as edificadas em pedra permanecem como vestígio arqueológico, enquanto as de adobe ou taipa de mão desaparecem parcialmente ou por completo. Segundo levantamento de Stefano (1997, *apud* Soster, 2014), apenas dezoito das trinta reduções apresentam vestígios materiais atualmente, sendo sete no Paraguai, sete na Argentina e quatro no Brasil.

A partir do início do século XX, as missões jesuítico-guaranis recebem a atenção de pesquisadores de diversas áreas de conhecimento (arqueologia, arquitetura, história, economia, antropologia, por exemplo), em perspectivas diversas, entre as quais se destaca o campo patrimonial, em duas vertentes: uma científica/técnica e outra de especulação turística. Essa diversidade de posicionamento se expressa na abordagem das instituições de conservação patrimonial em suas diversas instâncias de poder político sobre os remanescentes e em diferentes temporalidades.

Considerando esse panorama, o artigo aplica o conceito de escala como chave interpretativa da ação institucional junto ao patrimônio jesuítico-guarani na América do Sul, adotando a teoria das escalas geográficas de Javier Gutiérrez Puebla (2001) com o objetivo de identificar os diferentes modos de ação patrimonial de cada país. O autor aborda o conceito de escala segundo quatro concepções - tamanho, nível, rede e relação. A partir dessa base, investiga-se como os diferentes órgãos de regulação, proteção e gestão patrimonial atuam nos sítios arqueológicos e como articulam a diversidade escalar de suas jurisdições.

A metodologia, de caráter qualitativo, analítico e sintético, fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental e registro de trabalho de campo realizado junto a três das missões durante atividade de formação (Zanatta, 2022): São Miguel Arcanjo (Brasil), *San Ignacio Mini* (Argentina) e *Santisima Trinidad del Paraná* (Paraguai).

## Instituições, escalas e diagramas representacionais

Para a análise proposta, toma-se por base o levantamento realizado por Soster (2014), que compila diferentes órgãos relacionados à atuação patrimonial no conjunto dos trinta povos das missões jesuítico-guaranis e informações obtidas por Zanatta (2022) em campo nas três reduções, uma de cada país.

A análise se estrutura considerando três escalas de atuação institucional: local, nacional e internacional, correspondentes às instâncias municipal, federal e mundial, respectivamente. O nível municipal é representado pela Secretaria de Turismo de São Miguel das Missões, no Brasil. O nível nacional engloba o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no Brasil; a *Secretaría Nacional de Turismo* (SENATUR), no Paraguai; e a *Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos*, na Argentina. O nível mundial tem na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sua representação (Soster, 2014). Ademais, acrescenta-se a Comissão do Patrimônio Cultural do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) considerando sua importância na integração dos países da Iberoamérica.

Quanto ao conceito de escala, parte-se da discussão proposta por Puebla (2001). O autor entende a escala como um dos conceitos espaciais fundamentais do geógrafo, porém, um conceito impreciso, pois o termo é abordado segundo diferentes entendimentos. Para o autor, o geógrafo trata a escala por um viés epistemológico, ao adotar o homem como escala de apreensão da realidade, e por um viés ontológico, ao tratar a realidade geográfica *per se*, isto é, como uma estrutura existente no mundo real, sendo o local e o nacional entidades reais e não somente perspectivas analíticas.

Para Puebla (2001), a adoção de diferentes escalas espaciais é a chave para o entendimento da complexidade da realidade pois, em um mundo cada vez mais interdependente, mudanças produzidas em um local muitas vezes se explicam pelo sucedido em outros locais do planeta. Dessa forma, a mudança de escala de análise pode ser enriquecedora ao situar o problema em um contexto mais amplo de relações.

Portanto, devido ao problema da imprecisão do conceito, o autor o classifica em quatro concepções: (1) escala como **tamanho** – escala cartográfica, porções de espaço de maior ou menor tamanho; (2) escala como **nível** – escala local, nacional ou global, que abarca um sistema econômico global, sistema político nacional e marcos de experiências locais, sendo a escala um produto de processos de cooperação entre grupos de diferentes níveis que se relacionam de maneira hierárquica; (3) escala como **rede** – associação de agentes sociais não necessariamente coincidentes com as áreas de análise e com atuação não restrita aos níveis em que se encontram, havendo uma influência mútua interesalar; e (4) escala como **relação** – em que, ao mudar a escala, os elementos contemplados podem até ser os mesmos, mas muda-se a relação entre eles e a maneira como se destaca o papel de alguns em detrimento de outros.

Na dimensão patrimonial das missões jesuítico-guaranis, as instituições possuem diferentes escalas de jurisdição (Figura 4) não necessariamente coincidentes com sua escala de atuação.

Figura 4: Instituições analisadas e escalas de jurisdição



Fonte: organizado pelos autores (2025).

Em uma análise preliminar, poder-se-ia deduzir, os municípios têm atuação reduzida, por possuírem jurisdição menor à dos demais órgãos; enquanto as instituições mundiais teriam atuações mais complexas por abrangerem o conjunto patrimonial como um todo, bem como articularem as relações internacionais. Porém, demonstrar-se-á, não há uma relação direta na hierarquia da jurisdição em relação à atuação patrimonial no complexo das missões jesuítico-guaranis.

### Nível municipal

Dos órgãos elencados por Soster (2014) com atuação na área patrimonial, o único em nível municipal com gerenciamento direto nos sítios arqueológicos é a Secretaria de Turismo

do município de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil<sup>2</sup>. Entretanto, a secretaria não possui recursos próprios, técnicos e financeiros, para atuar na proteção do sítio arqueológico de maneira a ter uma autonomia de ação e gestão. Para superar essa limitação, a secretaria recorre a duas estratégias de captação de recursos: a primeira provém da bilheteria do Show de Som e Luz, realizado todas as noites no sítio arqueológico; e a segunda através da participação de editais de fomento ao turismo e à cultura de órgãos estaduais, federais e internacionais (Zanatta, 2022).

A Secretaria de Turismo de São Miguel dialoga com as administrações envolvidas na preservação de sítios arqueológicos dos outros países, buscando estratégias para o fortalecimento da relação entre as gestões dos sítios. Ademais, cabe à municipalidade promover o envolvimento da comunidade local, representada, de um lado, por comerciantes e prestadores de serviço de atendimento aos turistas e outros vinculados às demandas próprias de atividade turística. Por outro lado, com uma relevância diferenciada, com as comunidades indígenas remanescentes, que requerem uma atenção de destaque tendo em vista o envolvimento e a cooperação em planos e projetos voltados à promoção dos bens patrimoniais enquanto riqueza durável (Magnaghi, 2011). Por exemplo, o município garante o transporte de famílias que moram na aldeia indígena, distante cerca de 30km da cidade, para a venda de artesanato no alpendre do Museu das Missões, localizado no interior do sítio arqueológico.

Várias críticas podem ser feitas às estratégias de envolvimento adotadas, pois não há um lugar apropriado para a venda do artesanato e o alojamento dessas famílias é realizado em uma casa de passagem anexa ao sítio, visto que o transporte só ocorre uma vez por semana. Porém, ainda há uma articulação, por mais que precária e insuficiente. No sítio de San Ignacio Miní, por exemplo, ao ser indagado sobre a presença dos povos indígenas no sítio arqueológico, o guia de turismo do local informou que o contato com a aldeia é muito difícil, não existem intérpretes qualificados para a tradução linguística e que a comunidade se vê apenas como descendentes distantes do povo que participou do sistema missioneiro e, portanto, “não têm interesse nesse patrimônio” (Zanatta, 2022), o que demonstra uma falta de articulação com a comunidade.

Apesar de frágil, considera-se que, na escala local, no âmbito da Secretaria de Turismo de São Miguel Arcanjo, há dinâmicas que promovem ampliações direcionadas à integração do campo patrimonial a outras dimensões do território, como a política, econômica e social. Por mais que a secretaria possua jurisdição local, a sua atuação transcende a escala do sítio arqueológico e articula a comunidade em diferentes esferas, além de promover iniciativas de interação com sítios arqueológicos de outros países (Figura 5).

Figura 5: Escalas de jurisdição e atuação da Secretaria de Turismo de São Miguel das Missões/Brasil



Fonte: organizado pelos autores (2025).

<sup>2</sup> Tal fato não significa que outros municípios não promovam ações com os sítios arqueológicos. As pesquisas que serviram como base para este trabalho (Soster, 2014; Zanatta, 2022) apontam para a dificuldade de obtenção de informações, nos *sites* dos municípios, precisas o suficiente para maiores aprofundamentos. Portanto, na escala local, analisa-se apenas o caso de São Miguel das Missões.



### *Nível nacional*

Soster (2014) narra que, em 1925, a Diretoria de Terras da Secretaria do Estado e Obras Públicas do Rio Grande do Sul iniciou trabalhos de conservação no sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo. Porém, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, os cuidados com o sítio passaram para a jurisdição nacional. Posteriormente, o SPHAN passou a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e é, atualmente, o principal órgão brasileiro para reconhecimento do patrimônio cultural no país. As missões jesuítico-guaranis foram um dos primeiros objetos patrimoniais reconhecidos pelo SPHAN.

Por mais que exista referências a uma preservação integrada dos sítios arqueológicos brasileiros, o que se tem efetivamente é uma concentração de intervenções no sítio de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões, em favor do progressivo abandono dos demais. O site oficial do Instituto apresenta apenas informações sobre o referido sítio arqueológico, sem detalhes sobre os outros em território brasileiro. Além disso, na época do reconhecimento de São Miguel Arcanjo e o início dos trabalhos de limpeza das ruínas e intervenções para conservação e preservação, houve a criação do Museu das Missões, projeto de Lucio Costa, presidente do IPHAN à época. Segundo Fracalossi (2011), o museu foi proposto com o intuito de reunir os objetos dos sete povos das missões e os expor naquele local, sendo construído com materiais das próprias ruínas, com forma semelhante a um alpendre missioneiro.

Dessa maneira, o Instituto elegeu o sítio arqueológico de São Miguel como representativo do conjunto missioneiro em território brasileiro. Além de concentrar a quase totalidade dos esforços de preservação, o IPHAN também transferiu para esse museu os principais remanescentes de arte sacra dos demais sítios do conjunto, enfraquecendo o potencial turístico e cultural das outras localidades e permitindo uma ressignificação da importância do legado histórico da região. Nesse mesmo contexto de centralização de intervenções no sítio de São Miguel Arcanjo, Wendt (2022) atenta para a subvalorização do patrimônio histórico do sítio arqueológico de São Lourenço Mártir, em São Luiz Gonzaga-RS. O autor entende que a estratégia do IPHAN configura um interesse alheio às perspectivas históricas, acarretando interpretações reducionistas e distorcidas em relação ao sistema missioneiro como um todo. No mesmo caminho, a cidade de São Borja-RS possui como *marketing* territorial o lema “Terra dos Presidentes” (por ser berço de dois ex-presidentes do Brasil, Getúlio Vargas e João Goulart), sobrepondo o passado missioneiro da localidade. Nesse município estava localizada a missão de São Francisco de Borja, hoje sem vestígios arqueológicos (Soster, 2014). Em decorrência dessas ações, verifica-se uma disputa de narrativas na região: a história do passado territorial missioneiro concentrada em São Miguel Arcanjo e, nos demais sítios históricos, sua sobreposição por outras narrativas.

Tendo em vista esse contexto, interpreta-se que, apesar de possuir jurisdição nacional, a ação do IPHAN se realiza de forma centralizada no sítio de São Miguel Arcanjo, enfraquecendo a noção do conjunto missioneiro na região e permitindo o apagamento da relevância histórica dos demais sítios arqueológicos (Figura 6).



Figura 6: Escalas de jurisdição e atuação do IPHAN/BR



Fonte: organizado pelos autores (2025).

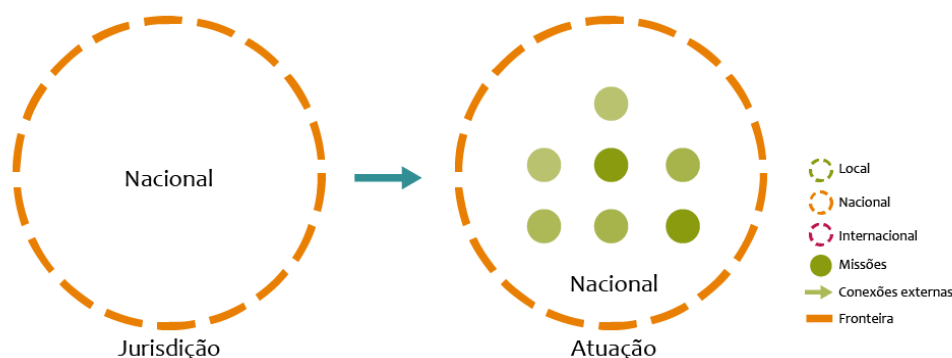
Na Argentina, respaldada por entrevista concedida por funcionária da gestão do sítio de *San Ignacio Miní*, Soster (2014) afirma que os sítios arqueológicos são de responsabilidade legal da *Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos* desde 1940, mas esse órgão delegou os trabalhos de intervenção à *Subsecretaría de Gestión de la provincia de Misiones*, órgão provincial. Entretanto, a subsecretaria da província deve solicitar autorização à Comissão Nacional para todas as intervenções que queira realizar nos sítios históricos. Há a responsabilidade estadual, mas essa é regulamentada pela superintendência federal.

Soster (2014) também levanta que os governantes, no início da fase pós-jesuítica, consideraram apenas alguns povoados como merecedores de serem conservados, ignorando a existência de outros por já não possuírem muros em pé. Dessa forma, foram feitas ações de preservação em quatro sítios, enquanto os três restantes, que ainda possuíam vestígios, foram abandonados. Os quatro sítios selecionados são hoje reconhecidos pela UNESCO na Lista do Patrimônio Mundial, mas, desde o início, o sítio de *San Ignacio Miní* concentrou a maioria das iniciativas de preservação e divulgação e, ainda hoje, apresenta-se como o mais completo e mais museificado entre eles.

Também, devido ao que foi narrado anteriormente, percebe-se que a atuação dos órgãos é localizada no perímetro de proteção do sítio arqueológico, faltando diálogo com a comunidade indígena, que também é herdeira daquele patrimônio. Através de visita de campo, Zanatta (2022) percebeu que, ao sair do espaço cercado e museificado do sítio arqueológico, os turistas se deparam com diversas bancas de venda de alimentos, bebidas e artesanatos, administrados por grupos indígenas. O autor considera que isso demonstra um intuito, ao menos econômico, desse povo em participar da dinâmica turística do sítio arqueológico, o que confronta a fala proferida pelo guia de turismo do local, que afirmou que a população indígena não possui interesse naquele patrimônio.

Dessa maneira, considera-se que, apesar da jurisdição nacional, a *Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos* atua de forma centralizada nos sítios arqueológicos, pois, historicamente, o governo considerou os elementos que possuíam maior estado de conservação e não o sistema jesuítico como um todo no seu território e, hoje, o órgão arca com as consequências dessa seletividade (Figura 7).

Figura 7: Escalas de jurisdição e atuação da *Comisión Nacional de Museos, Monumentos y Lugares Históricos/AR*



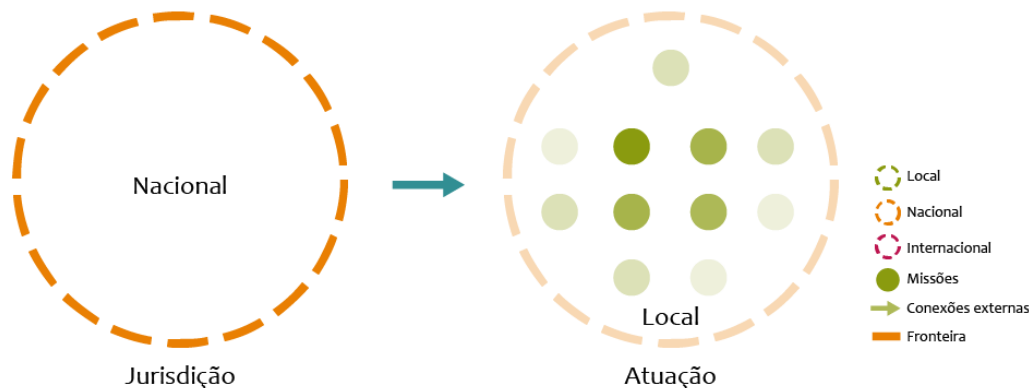
Fonte: organizado pelos autores (2025).

No Paraguai, a gestão dos sítios arqueológicos está a cargo da *Secretaría Nacional de Turismo* – SENATUR. O órgão apresenta divulgação de todos os remanescentes arqueológicos, seus respectivos museus e uma breve descrição sobre o caráter do patrimônio, bem como informações de como visitar os lugares. Porém, a análise das notícias do site da Secretaria indica que a maioria das atividades de divulgação, eventos e intervenções se concentram nos sítios reconhecidos pela UNESCO (*Santísima Trinidad del Paraná* e *Jesús de Tavarangue*), apesar de haver iniciativas e museus nos outros exemplares.

Por estar vinculada à Secretaria de Turismo, a gestão dos sítios arqueológicos se concentra nesse caráter específico do patrimônio. Ao visitar o sítio de *Santísima Trinidad del Paraná*, os turistas assistem a um pequeno vídeo de apresentação da história das reduções e de iniciativas de inserção da comunidade em atividades internas ao sítio arqueológico. Percebe-se que há um indício de considerações de um patrimônio avançado para além do resquício material, mas o que rege as intervenções espaciais ainda é a prática turística e, por consequência, a lógica da espetacularização e museificação.

Dessa forma, considera-se que, no Paraguai, há uma visão de conjunto mais desenvolvida do que nos casos brasileiro e argentino, mas ainda não de maneira totalmente integrada e articulada (Figura 8).

Figura 8: Escalas de jurisdição e atuação do SENATUR/PY



Fonte: organizado pelos autores (2025).

### Nível internacional

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência especializada da Organização da Nações Unidas (ONU), que trata de diferentes questões educacionais, científicas e culturais em nível mundial. No âmbito cultural, a UNESCO opera através das Convenções do Patrimônio Mundial para reconhecer, divulgar e destinar verbas a projetos de educação patrimonial para elementos culturais em todo o mundo. A UNESCO é o órgão máximo de reconhecimento patrimonial a nível mundial, e ser inserido na Lista do Patrimônio Mundial se torna fator importante para a obtenção de recursos que subsidiam projetos de salvaguarda, que vão desde a manutenção material dos bens até a divulgação e educação patrimonial.

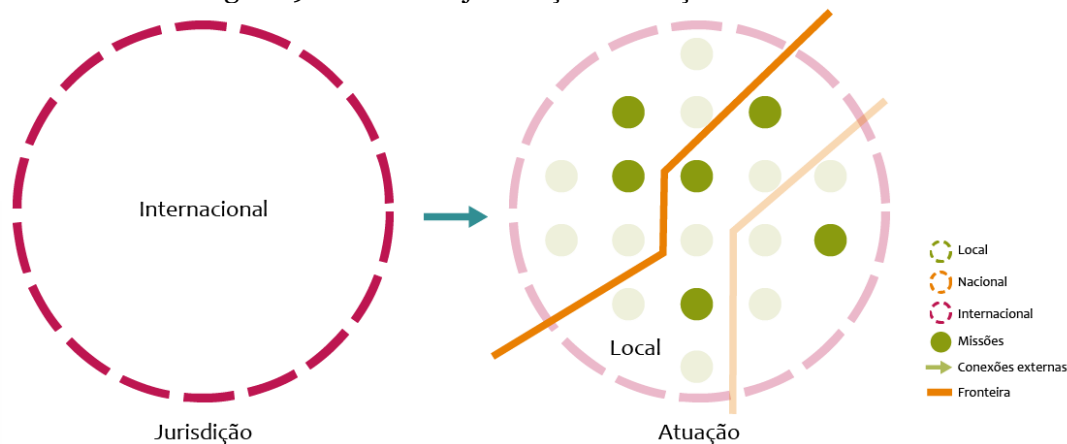
O reconhecimento do conjunto das missões jesuítico-guaranis como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO ocorre no final do século XX. Porém, nem todos os sítios históricos com vestígios materiais foram inscritos na lista: dos 18 sítios, apenas sete foram reconhecidos pelo órgão, em dois processos distintos. Em 1983 houve a inscrição conjunta de quatro sítios em território argentino (*San Ignacio Miní*, *Santa Ana*, *Nuestra Señora de Loreto* e *Santa María Mayor*) e um sítio brasileiro (São Miguel Arcanjo). Uma década depois, em 1993, houve o reconhecimento de dois sítios em território paraguaio (*La Santísima Trinidad del Paraná* e *Jesús de Tavarangue*).

Na época do reconhecimento, o órgão fomentou projetos de limpeza, consolidação estrutural e pesquisas arqueológicas nos sítios históricos, bem como destinou apoio técnico com diretrizes e normas para a gestão e as intervenções materiais (Gutierrez, 1987). Entretanto, passado o reconhecimento, o órgão opera através da aprovação de pedidos específicos de assistência técnica que devem partir de outros atores sociais (Zanatta, 2022). Não há um planejamento macro para o futuro dos remanescentes, nem o fomento a estratégias de dinamização regional dos municípios que envolvam os sítios arqueológicos.

A inscrição de sítios de maneira isolada expressa uma valoração patrimonial baseada na excepcionalidade. Por conseguinte, há a ausência de uma visão integrada do conjunto missioneiro em sua importância territorial. Por mais que haja jurisdição internacional, entende-se que o órgão opera de maneira fragmentada, pois não promove a articulação das diferentes esferas institucionais em sua ação nos sítios históricos (Figura 9).

A UNESCO, ao atuar de modo isolado em cada país, transforma a dimensão política-administrativa do território em referência dominante na condução de ações, comprometendo a dimensão intercultural do conjunto dos sítios arqueológicos (ver Figura 2). Dessa forma, entende-se que os processos decisórios consideram apenas o remanescente arqueológico de valor excepcional, e não todo o conjunto internacional na sua totalidade como fator sócio-histórico de construção identitária e patrimonial.

Figura 9: Escalas de jurisdição e atuação da UNESCO



Fonte: organizado pelos autores (2025).



Por fim, o **Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)** é uma organização intergovernamental de países sul-americanos, fundado pelos governos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e conta também com países associados. Em sua estrutura interna, os debates culturais são realizados pela Comissão do Patrimônio Cultural do MERCOSUL (CPC), um órgão permanente de assistência à Reunião de Ministros da Cultura do MERCOSUL (RMC) para proteção do patrimônio cultural. Essa comissão é composta por representantes dos ministros ou autoridades da cultura dos países que integram o MERCOSUL e possuem reuniões semestrais para discutir e reconhecer elementos representativos da cultura dos países que compõem o bloco econômico. As reuniões possuem presidência *pro tempore* rotativa entre seus membros (IPHAN, c2014; MERCOSUR, 2012).

A CPC legisla sobre a categoria de Patrimônio Cultural do MERCOSUL e estabelece critérios para o reconhecimento dos bens culturais de interesse regional. O órgão define como prerrogativa que o patrimônio cultural contribui para o reconhecimento e a valoração da identidade cultural regional e que o reconhecimento de um bem cultural transfronteiriço constitui importante fator para a integração entre países (MERCOSUR, c2024a). Em 2015, as Missões Jesuítas Guaranis, Moxos e Chiquitos, foram declaradas bens culturais do MERCOSUL, juntamente com a *pajada*<sup>3</sup>, em reunião realizada em Jaguarão (RS, Brasil). O “Sistema Missioneiro na região Guaraní, Moxo e Chiquitos”<sup>4</sup>, como foi denominado, teve sua proposta de candidatura elaborada por Comitê Técnico *ad hoc* formado por especialistas da Colômbia, Chile e Equador, em uma iniciativa que integrou representantes de outros países que não aqueles envolvidos pelo referido conjunto arqueológico.

Na contramão da UNESCO, que selecionou alguns sítios arqueológicos específicos para seu reconhecimento através de valores de excepcionalidade, o MERCOSUL amplia o conjunto jesuítico-guarani, abrangendo as demais atuações missioneiras nas regiões de chiquitos, na Bolívia, e os mochos, no Uruguai. Porém, o órgão não atua diretamente na gestão ou normatização dos sítios arqueológicos. O reconhecimento expressa apenas a inserção na lista do Patrimônio Cultural do MERCOSUL, que resta esquecida em um dos tantos outros menus da página eletrônica do grupo, sem a destinação direta de recursos ou divulgação cultural e turística.

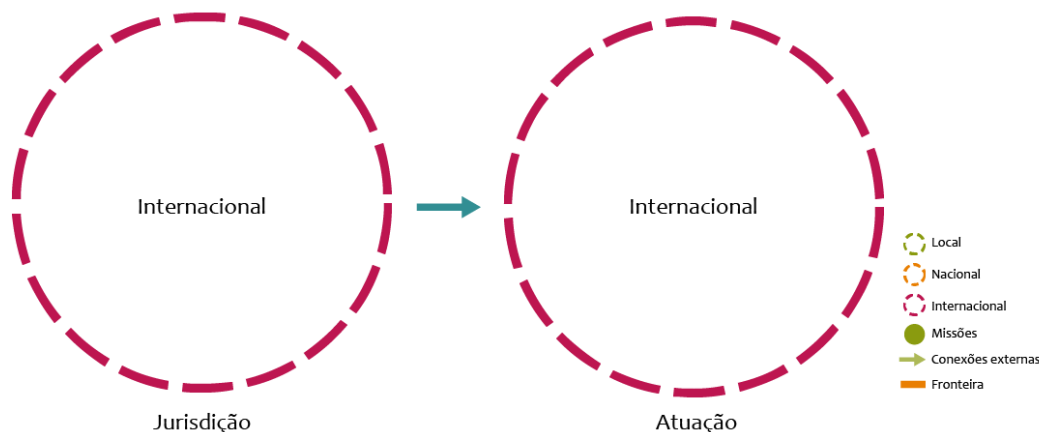
Em trabalho de campo realizado no sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, a secretária de turismo do município e uma guia de turismo, indagadas sobre a atuação do MERCOSUL, relataram não conhecer nenhuma ação respaldada pelo órgão. Ambas consideravam o MERCOSUL pouco desenvolvido para a proteção patrimonial (Zanatta, 2022).

Portanto, a única instituição de conjuntura internacional que aborda as missões de maneira integrada, não possui meios de ação para consolidar uma visão de conjunto na região. Dessa forma, entende-se que a ação institucional no conjunto das missões jesuíticas na América do Sul se restringe à base normativa, sem reverberar no território como uma realidade política, econômica, social e ambiental (Figura 10).

<sup>3</sup> Poesia improvisada de caráter singular comum em alguns países da América do Sul, principalmente Argentina, Chile e Paraguai (MERCOSUL, 2015).

<sup>4</sup> Além dos 30 Povos das Missões, também houve missões em outras regiões da América do Sul, com destaque para o Uruguai (Moxo) e Bolívia (Chiquitos). Seis missões jesuíticas de Chiquitos, na Bolívia, foram reconhecidas na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 1990 dossiê 529 (UNESCO, c2024).

Figura 10: Escalas de jurisdição e atuação do MERCOSUL



Fonte: organizado pelos autores (2025).

### Interpretação das escalas como chave de entendimento de ações institucionais

À luz dos níveis de abrangência de cada agente mencionado, a maneira como atua no conjunto missioneiro e a articulação com o debate escalar, tem-se pontos de reflexão que merecem destaque.

Dependendo da ótica de análise, não só abrangência da escala se modifica, mas a própria concepção de escala, como proposto por Puebla (2001) – escala como tamanho, nível, rede ou relação. Como **tamanho**, cita-se o recorte espacial de abrangência de cada uma das instâncias. As municipalidades possuem jurisdição restrita ao âmbito das relações locais, enquanto os órgãos federais possuem jurisdição sobre os sítios localizados dentro do território nacional e os órgãos internacionais podem tratar o conjunto de maneira totalizante, pois não estão restritos à atuação em um único Estado nacional. Como constatou-se, na prática, a atuação dos órgãos não corresponde diretamente à sua escala de jurisdição.

Se analisada como **nível**, a escala reflete uma atuação institucional hierárquica entre jurisdições, pois o potencial de abrangência da UNESCO é maior que a dos órgãos federais, e esses possuem domínio sobre as instâncias regionais e locais, que devem atender às prerrogativas federais. Além disso, existem relações hierárquicas de poder que influenciam as intervenções nos sítios arqueológicos: a UNESCO, por exemplo, apesar de não participar diretamente da gestão dos sítios, determina uma série de exigências e relatórios periódicos para manter ativo o registro na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade. De maneira semelhante, o IPHAN veta iniciativas da Secretaria de Turismo do município de São Miguel das Missões, pois vão de encontro com as prerrogativas de proteção patrimonial (Zanatta, 2022), configurando relações hierárquicas de poder.

Como **rede**, interpreta-se que as missões jesuítico-guaranis foram objetos de sucessivos processos reducionistas que ocasionaram a fragmentação do conjunto. Um primeiro processo se caracteriza pela ação do tempo, que fez com que muitos remanescentes se perdessem durante os anos de abandono, reduzindo trinta aldeias a dezoito. Um segundo, permitido pelas instâncias jurídicas de proteção do patrimônio e pelos governos estatais, reduziu os dezoito sítios iniciais a sete exemplares excepcionais, em prejuízo da destruição dos demais.

Além disso, Puebla (2001) orienta que, na escala em rede, agentes de determinado nível influem e são influenciados por agentes situados em níveis distintos. Dessa forma, decisões federais (a seletividade dos órgãos nacionais) influem em decisões internacionais (a seletividade da UNESCO) e vice-versa (o reconhecimento de alguns sítios agrava o abandono dos outros), acarretando situações que se retroalimentam. A falta de comunicação entre as

instâncias de gestão ocasiona um enfraquecimento de possíveis trocas culturais e turísticas entre sítios, reduzindo a escala da rede do sistema missioneiro.

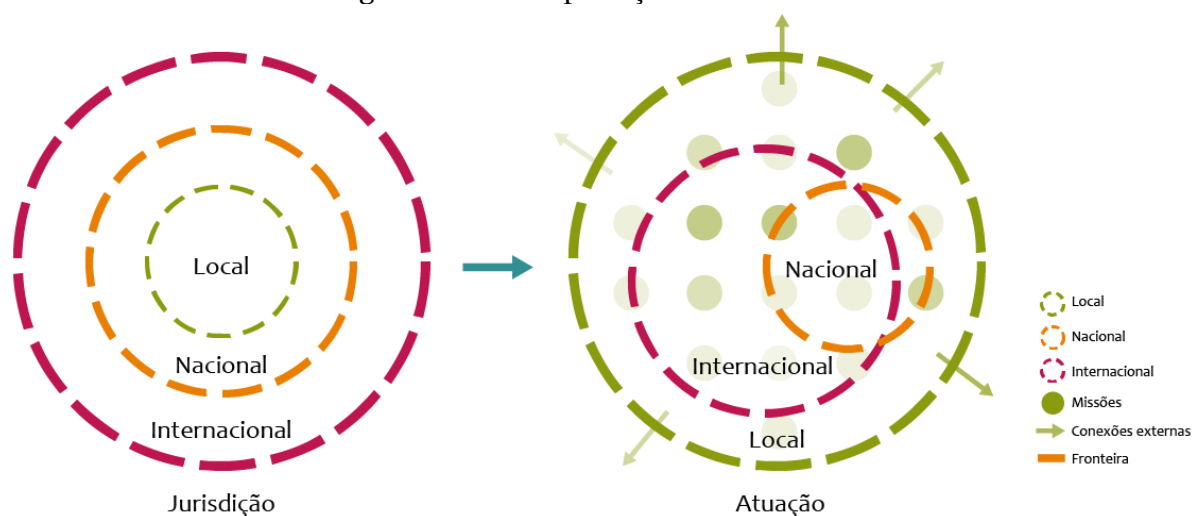
Na análise da escala como **relação**, Puebla (2001) entende que os elementos podem ser os mesmos, mas as relações mudam, de modo que o que se destaca em uma escala não necessariamente coincide com o que se destaca em outra. Como abordado anteriormente, as relações com a comunidade local, o potencial de movimentação da economia dos pequenos estabelecimentos e o contato com os povos originários são preocupações das escalas menores, que atuam na municipalidade. Se analisarmos os órgãos nacionais, estes se preocupam com questões mais gerais de preservação e conservação ou a movimentação do turismo regional, na venda de um produto e um discurso sobre o território. Na escala internacional, representada pela UNESCO, o que prevalece é a excepcionalidade dos remanescentes arqueológicos de uma experiência social sem par na história, como definido por Gutierrez (1987).

A lógica da excepcionalidade, comum nas instituições de salvaguarda do patrimônio na primeira metade do século XX, fez com que o sítio de São Miguel Arcanjo fosse selecionado como representativo dos 7 Povos das Missões (em território hoje brasileiro), em detrimento da livre apropriação e em favor da destruição dos remanescentes dos demais sítios arqueológicos. Dessa forma, os valores imagéticos se sobrepuseram aos valores históricos, com consequências para o caráter atual do sistema missioneiro. Casos semelhantes foram verificados na Argentina e, apesar do Paraguai considerar o seu conjunto de maneira mais coesa, também deixou que muito se perdesse ao longo do processo histórico de reconhecimento e políticas de proteção.

Por mais que, de maneira geral, a escala pareça se complexificar com o avanço dos níveis hierárquicos (local > regional > nacional > internacional), o que se tem efetivamente é a maioria dos órgãos atuando em escala local. Analisadas as transparências dos esquemas visuais propostos, percebe-se uma atuação pouco complexa: com exceção do Paraguai e, com as devidas ressalvas, do MERCOSUL, todos os demais órgãos apresentam atuação concentrada nos sítios arqueológicos. A instância institucional que realmente articula as relações para além do perímetro delimitado do sítio arqueológico está na escala da jurisdição local, que precisa dialogar diretamente com a comunidade vinculada ao patrimônio. A análise da rede de escalas faz perceber uma contraposição à ideia de que quanto maior o tamanho, maior a complexidade. Dessa maneira, o local não necessariamente está subordinado ao global, pois pode ganhar autonomia em determinadas esferas de atuação.

Na Figura 11, promove-se uma reinterpretação das escalas de atuação dos órgãos envolvidos. A escala local se torna globalizante por articular a ligação com demais esferas da vida social, enquanto a maioria das políticas da escala nacional e internacional se fazem restritas aos sítios arqueológicos.

Figura 11: Reinterpretação das escalas



Fonte: organizado pelos autores (2025).



Soster (2014, p. 121-122) entende que “[...] além da insuficiência de comunicação entre os órgãos em nível internacional, a falta de colaboração e de interação entre todos os níveis de preservação dentro de cada um dos países também é fator que agrava o estado atual do sistema [missioneiro]”. Identifica-se, portanto, uma delimitação escalar muito precisa, com pouca articulação e transitoriedade entre os órgãos patrimoniais. Por isso, considera-se que, para obter uma visão integrada desse conjunto, é necessário um reescalonamento na atuação dos órgãos e das políticas de proteção, atrelado a uma atualização de valores nas instituições. Assim, o estudo da escala como conceito se torna referência relevante para a discussão sobre a articulação entre as instituições e a valoração do processo histórico da região missioneira.

## Considerações finais

Com esse estudo, percebe-se a existência de um tratamento desigual do patrimônio nas diferentes instâncias de proteção. Mas, de uma maneira geral, os órgãos tendem a reduzir a escala de atuação, que não coincide com o potencial permitido por cada jurisdição. Os remanescentes arqueológicos, cristalizações do passado que denotam fundamentos da construção dos países, passaram por sucessivos processos reducionistas permitidos pelas instâncias do patrimônio, que fragmentaram o território e enfraqueceram a memória do seu processo de formação.

Além disso, há de se destacar o tratamento distinto existente entre os países. No caso do Brasil e da Argentina, a proteção patrimonial em escala federal está a cargo de instituições ligadas à cultura e às artes. No Paraguai, o agente responsável é um órgão de turismo, que promove mais articulação e envolvimento com a comunidade externa. Nessa mesma direção, na escala local, em São Miguel das Missões, é a Secretaria de Turismo que articula a maioria das estratégias de envolvimento da comunidade com o sítio arqueológico.

Citando Dollfus, Puebla (2001) analisa que na geografia francesa tradicional, as mudanças de escala estariam associadas ao nível de amadurecimento do pesquisador: a escala local é investigada na monografia, enquanto na segunda etapa é feito um estudo de caráter regional, e assim sucessivamente, até chegar na escala continental e/ou mundial. Entretanto, no caso das missões jesuítico-guaranis, a atuação em escala local não é menos complexa do que a gestão dos órgãos de escala mundial: é no local que existem os imbricamentos e os conflitos territoriais, dados pela complexidade da relação com os povos indígenas, a articulação entre as intenções socioeconômicas da comunidade e o conflito com os órgãos de proteção e regulamentação das instâncias superiores.

Os órgãos de proteção do patrimônio, apesar de possuírem maior escala de jurisdição, atuam de maneira menos complexa nos sítios arqueológicos, pois referenciam-se no perímetro delimitado e em intervenções técnico-científicas. Da mesma forma, mesmo com o menor poder de decisão, pois obedece a todas as outras instâncias jurídicas, a escala local congrega as diferentes dimensões do debate patrimonial, concentrando atores, instrumentos normativos e capacidade programática para impulsionar um projeto local autodeterminado.

## Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) pela bolsa de estudos concedida ao primeiro autor do trabalho através do edital FAPES 14/2023 (PROCAP 2024), vinculado ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAU/UFES). Também, à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) pela concessão de bolsa de estudos, nível Mestrado, que permitiu a realização da dissertação mencionada.

## Referências

CORDEIRO, Tiago. **A Grande Aventura dos Jesuítas no Brasil**. São Paulo: Planeta, 2016.

FRACALOSSO, I. Clássicos da arquitetura: Museu das Missões / Lucio Costa. **ArchDaily Brasil**, dez. 2011.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica**: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2014.

GUTIERREZ, Ramón. **As Missões Jesuíticas dos Guaraní**. Rio de Janeiro: UNESCO, 1987.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul (CPC)**. IPHAN, c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1122/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MAEDER, Ernesto J. A.; GUTIÉRREZ, Ramón. **Atlas territorial e urbano das missões jesuíticas dos guaranis**: Argentina, Paraguai e Brasil. Sevilha: Junta Andalusia; Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico; Consejería de Cultura, 2010.

MAGNAGHI, Alberto. **El Proyecto Local**. Hacia una conciencia del lugar. Barcelona: Universidade Politècnica de Catalunya, 2011.

MERCOSUR. Mercado Común del Sur. **Estructura Orgánica y Reglamento Interno del MERCOSUR Cultural**. Mendoza: MERCOSUR, 29 jun. 2012. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decisao\\_mercosul\\_15\\_12.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decisao_mercosul_15_12.pdf). Acesso em: 28 ago. 2024.

MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **Patrimônio Cultural do MERCOSUL**. c2024a. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/temas/cultura/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **Missões Jesuítas Guaranis, Moxos e Chiquitos são declaradas bens culturais do Mercosul**. 2015. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/missoes-jesuitas-guaranis-moxos-e-chiquitos-sao-declaradas-bens-culturais-do-mercosul/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

O'MALLEY, John W. **Uma História dos Jesuítas**: de Inácio de Loyola a nossos dias. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

PUEBLA, Javier Gutiérrez. Escalas espaciales, escalas temporales. **Estudios Geográficos**, LXII, 242, 2001, p. 89-104.

SOSTER, Sandra Schmitt. **Missões Jesuíticas como Sistema**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, IAU-USP, São Carlos, SP, 2014.

UNESCO. **Jesuit Missions of the Chiquitos**. C2024. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/529/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

WENDT, Alberto Ensslin. **A subvalorização do patrimônio histórico do sítio arqueológico de São Lourenço Mártir**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro Universitário Internacional, UNINTER, 2022.

ZANATTA, Yuri Potrich. **Paisagem, Patrimônio e Políticas Públicas**: as missões jesuítico-guaranis como elo raiano na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, PPGGeo-UFFS, Erechim, RS, 2022.

**Recebido em:** 03/06/2025.  
**Aprovado para publicação em:** 15/09/2025.